solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12943985, com domicílio na Rua do Forte da Bela Vista, lote 4, D-23, Bairro da Bela Vista, 2910 Setúbal, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 2 de Abril de 2002, por despacho de 14 de Abril de 2005, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, em virtude de o arguido ter prestado termo de identidade e residência.

18 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Elisabete Reis*. — A Oficial de Justiça, *Natalina Pereira*.

7.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 6403/2005 — AP. — O Dr. Jorge Raposo, juiz de direito da 2.ª Secção da 7.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 2244/96.9JDLNB, pendente neste Tribunal, contra o arguido José Graciano Lourenço Ferreira, filho de José Ferreira e de Adélia da Costa Lourenço, natural de São Pedro do Sul, Vilar Maior, São Pedro do Sul, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Abril de 1963, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6595785, segurança social n.º 121892332, com domicílio na Avenida do Brasil, 29, 6.º, esquerdo, 2700-130 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, com referência ao disposto na alínea d) do artigo 202.º do Código Penal, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, praticado em 18 de Janeiro de 1996, por despacho de 13 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, em virtude de o mesmo se ter apresentado.

14 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Jorge Raposo*. — O Oficial de Justiça, *Leonel Mendes*.

Aviso de contumácia n.º 6404/2005 — AP. — O Dr. Carlos Alexandre, juiz de direito da 1.ª Secção da 7.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1269/02.1TDLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Miguel Cantinho Pereira Abranches Barroso, filho de Luís Paulo Junqueiro Abranches Barroso e de Maria Margarida C. Pereira Abranches Barroso, natural de São Cristóvão e São Lourenço, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Novembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10630704, com domicílio na Travessa de Santo Aleixo, 3, 3-C, 1250-213 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 8 de Setembro de 2001, e de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 8 de Setembro de 2001, por despacho de 20 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, atenta a apresentação do arguido.

20 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Carlos Alexandre*. — O Oficial de Justiça, *Leonel Mendes*.

8.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 6405/2005 — AP. — O Dr. Carlos Lopes Alexandre, juiz de direito da 2.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 11 304/03.0TDLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Carlos Sebastião, filho de Maria Sebastião, natural de Angola, nascido em 25 de Fevereiro de 1968, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 16133590, com identificação fiscal n.º 209975490 (estrangeiro), com domicílio no Pátio das Galinhas, 12, rés-do-chão, Ramada, Loures, o qual foi por termo de identidade e residência, a prestar neste acto, artigo 196.º do Código de Processo Penal. O mesmo foi por despacho de 14 de Outubro de 2004, acusado pela prática de um crime de emissão de cheque sem

provisão, previsto e punido pelo artigo pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 2003, é o mesmo, por despacho de 14 de Abril de 2005, declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

14 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Carlos Lopes Alexandre*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Rodrigues*.

Aviso de contumácia n.º 6406/2005 — AP. — O Dr. João Bártolo, juiz de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 710/04.3TCLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido João Pereira da Silva, com última residência conhecida na Rua de Morais Soares, 155, 1.º, esquerdo, Lisboa, por se encontrar acusado da prática do crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.ºs 1 e 2, alíneas c) e h), do Código Penal, por despacho de 15 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarado inválido todo o processo.

15 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *João Bártolo*. — A Oficial de Justiça, *Elisabete Rosa*.

Aviso de contumácia n.º 6407/2005 — AP. — O Dr. José Reis, juiz de direito da 3.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 667/89.9TCLSB (ex-processo n.º 325/89, do 4.º Juízo Criminal de Lisboa), pendente neste Tribunal, contra o arguido Vítor Manuel Rodrigues Ribeiro, filho de Adam Vítor Amor Ribeiro e de Maria Amélia Morais Rodrigues Ribeiro, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Fevereiro de 1960, viúvo, titular do bilhete de identidade n.º 6896422, com domicílio na Travessa da Senhora da Glória, 17, 1.º, esquerdo, Lisboa, por se encontrar acusado da prática do crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido 21.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, por despacho de 14 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

15 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *José Reis*. — O Oficial de Justiça, *João Rita*.

Aviso de contumácia n.º 6408/2005 — AP. — O Dr. Carlos Lopes Alexandre, juiz de direito da 2.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 11 742/02.6TDLSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Luís dos Santos Guedes, filho de Armando Santos Guedes e de Adelaide Dores Santos, natural de Vila Real, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Abril de 1955, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 3736513, com domicílio na Rua de Cândido dos Reis, 31, Sines, 7520-000 Sines, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticados em 24 de Abril de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

18 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Carlos Lopes Alexandre*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Rodrigues*.